



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO**

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**

Contrato P.M.J N° 307/2017 /SMS

Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram, de um lado como Locatário, o Município de Junqueiro/AL, e, do outro lado como Locadora, o Sr Zirleno Soares Pereira.

**LOCATÁRIO:** Município de Junqueiro, Estado de Alagoas, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 12.265.468/0001-97, com sede na Rua João de Deus, n°. 76, Centro, Junqueiro/AL, neste ato representado pela Chefe do Executivo Senhor Carlos Augusto Lima de Almeida, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n°. 491049 – SESP/AL, inscrita no CPF/MF sob o n°. 604.943.954-00, residente e domiciliada nesta cidade.

**LOCADORA:** Zirleno Soares Pereira, casada, residente e domiciliado à Rua Deputado Jose lajes, 145, Ponta Verde, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, portador do RG. sob o n° 1300564 – SSP/AL e CPF. n° 026.516.674-80, doravante designado simplesmente LOCADORA.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Deriva o presente ajuste do processo de Dispensa de Licitação N°004/2017/DL, e das determinações legais contempladas pelo artigo 24, inciso X, da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos N° 8.666/93, bem como das cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

Tem por objeto do presente ajuste a Locação de 01 (um) Imóvel, situado nesta cidade na Rua Frei Pascásio, n/s, Centro, Junqueiro/AL de propriedade da LOCADORA, o qual se destinará ao funcionamento do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde) da Família pela Secretaria de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas com o presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO –  
Órgão: 02.06.001 – Fundo Municipal de Saúde.  
Atividade: 10.301.005.2.042 – Manutenção do Programa de saúde NASF.Elemento de  
Despesa: 3.3.9.0.36.15 – Locação de Imóveis.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA LOCAÇÃO:**

O valor do presente ajuste perfaz a ordem de 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), pagos em parcelas iguais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**Parágrafo Primeiro** - As despesas ordinárias do condomínio, bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente o LOCATÁRIO, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

**Parágrafo Segundo** - O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADORA e LOCATÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o LOCATÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade LOCADORA será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente pagamento do último aluguel.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO**

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:**

O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, desde que o recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente, tenha sido apresentado pela LOCADORA.

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela LOCADORA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**Parágrafo Segundo** - O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela LOCADORA, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE LOCAÇÃO E PRORROGAÇÃO:**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 17 (dezesete) de janeiro de 2017 e encerramento em 17 (dezesete) de Janeiro de 2018, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

**Parágrafo Primeiro** - Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

**Parágrafo Segundo** - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Parágrafo Terceiro** - Caso não tenha interesse na prorrogação, a LOCADORA deverá enviar comunicação escrita para o LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento do dever contratual.

**Parágrafo Quarto** - Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE:**

Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para subsequentes.

**Parágrafo Primeiro** - O reajuste, decorrente de solicitação da LOCADORA, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCADORA:**

A LOCADORA obriga-se a:

I - Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

II - Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da LOCATÁRIA;

III - Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

IV - Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

V - Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;



ESTADO DE ALAGOAS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO

VI - Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

VII - Fornecer o LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

VIII - Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

IX - Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se referam aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como:

h. obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

i. pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;

j. obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;

k. indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

l. instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;

m. despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;

n. constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;

X- Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;

XI - Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de condicionadores de ar, combate a incêndio e rede de lógica, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;

XIII - Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;

XIV - Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo;

XV - Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamento do prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza;

XVI - Informar o LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO:

O LOCATÁRIO obriga-se a:

I - Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo de Contrato;

II - Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

III - Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;

IV - Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

V - Comunicar à LOCADORA qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

VI - Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo da LOCADORA, sendo assegurado o LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO**

VIII - Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

IX - Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito da LOCADORA;

X - Entregar imediatamente à LOCADORA os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;

XI - Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como:

- h. salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio;
- i. consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;
- j. limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;
- k. manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;
- l. manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum destinados à prática de esportes e lazer;
- m. manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas; pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum; rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;
- n. reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.

XII - O LOCATÁRIO somente ficará obrigada ao pagamento das despesas ordinárias de condomínio caso sejam comprovadas a previsão orçamentária e o rateio mensal, podendo exigir a qualquer tempo tal comprovação.

XIII - Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

XIV - Permitir a vistoria do imóvel pela LOCADORA ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

XV - Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos.

**CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO:**

As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

**Parágrafo Primeiro** - O LOCATÁRIO fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

**Parágrafo Segundo** - Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pela LOCATÁRIA, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO:**

A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante da LOCATÁRIA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO

**Parágrafo Primeiro** - O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Parágrafo Segundo** - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**Parágrafo Terceiro** - A LOCADORA poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS PENALIDADES:

A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a LOCADORA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

I - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

II - Multa;

III - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, injustificado, sobre o valor mensal da locação;

IV - Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.

V - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o (nome do órgão ou entidade pública), pelo prazo de até dois anos;

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a LOCADORA ressarcir o LOCATÁRIO pelos prejuízos causados;

**Parágrafo Primeiro** - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**Parágrafo Segundo** - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:

- c. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- d. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o LOCATÁRIO em virtude de atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Terceiro** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**Parágrafo Quarto** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado o LOCATÁRIO, observado o princípio da proporcionalidade.



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO

**Parágrafo Quinto** - As multas devidas e/ou prejuízos causados o LOCATÁRIO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**Parágrafo Sexto** - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela LOCATÁRIA.

**Parágrafo Sétimo** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC MUNICIPAL.

### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

O LOCATÁRIO poderá rescindir este Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à LOCADORA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidas O LOCATÁRIO, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das penalidades previstas neste instrumento.

**Parágrafo Segundo** - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com exceção das previstas nos incisos VI, IX e X, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

**Parágrafo Terceiro** - Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa da LOCADORA, o LOCATÁRIO a ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Quinto** - Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente a LOCADORA, e desde que esta não tenha incorrido em culpa, o LOCATÁRIO ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 01 (um) aluguel, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

**Parágrafo Sexto** - Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

**Parágrafo Sétimo** - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à LOCADORA ou por via postal, com aviso de recebimento.

**Parágrafo Oitavo** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**Parágrafo Nono** - O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

- d. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- e. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- f. Indenizações e multas.

**Parágrafo Décimo** - Por razões de interesse particular decorrente da ocorrência de fato superveniente, devidamente justificadas, a LOCADORA decida solicitar o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO

### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

### CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO FORO:

As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Junqueiro-AL, renunciando a qualquer outro mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios resultantes do presente instrumento contratual.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que a seguir vai assinado por 02 (duas) testemunhas presenciais, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Junqueiro/AL, 17 de janeiro de 2017.

Município de Junqueiro/AL  
*Carlos Augusto Lima de Almeida*  
Prefeito – Locatário

*Zirleno Soares Pereira*  
Locadora

1ª Testemunha *Fonês maria da Silva* CPF: *033.012.801-0*

2ª Testemunha *Beliana Valle Feno net* CPF: *100.391.644-91*

Súmula do Contrato publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Junqueiro/AL em 17/01/2017.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO**

Súmula do Contrato de Locação Nº 307/2017

Processo dispensa de licitação Nº 004/2017.

Locatário: Prefeitura Municipal da Junqueiro-AL

Locador: Zirleno Soares Pereira

Base Legal: Art. 24, inciso X da Lei Federal Nº 8666/93.

Objeto: Locação de Imóvel destinado ao funcionamento do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), pela Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Prazo: 12 (doze) meses, a contar da data de celebração do avença.

Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO –

Órgão: 02.06.001 – Fundo Municipal de Saúde.

Atividade: 10.301.005.2.042 – Manutenção do Programa de saúde NASF. Elemento de

Despesa: 3.3.9.0.36.15 – Locação de Imóveis.

Celebração: 17/01/2017.

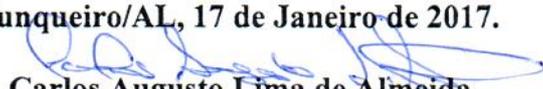
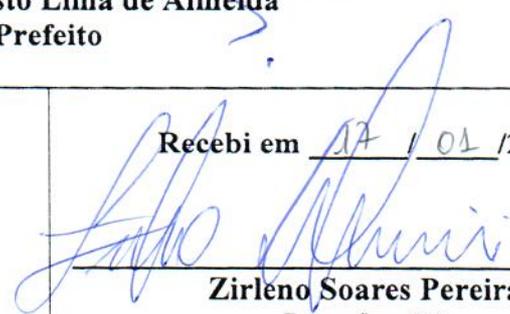
Signatários: Carlos Augusto Lima de Almeida e Zirleno Soares Pereira



ESTADO DE ALAGOAS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO

DISPENSA DE LICITAÇÃO	
<b>Objeto:</b> O Imóvel possui as seguintes descrição: terreno com perímetro de 611,50 metros, com área de 6,00 tarefas. De frente com a rua frei pascácio, medindo 82,50 metros, com lado esquerdo com Fernando Soares Pereira, medindo 218 metros, lado direito com Leôncio Cassiano Duarte e João Jose Pereira, medindo 186 metros. Com casa de alvenaria compostas por diversos cômodos.	
<b>Fundamentação Legal:</b> Artigo 24, inciso X da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.	
<b>Locatário:</b>	Município de Junqueiro/AL CNPJ N° 12.265.468/0001-97
<b>Locador:</b>	Zirleno Soares Pereira, C.P.F. n° 026.516.674-80
<b>Recursos:</b> Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO – Órgão: 02.06.001 – Fundo Municipal de Saúde. Atividade: 10.301.005.2.042 – Manutenção do Programa de saúde NASF. Elemento de Despesa: 3.3.9.0.36.15 – Locação de Imóveis.	
<b>Celebração do Contrato:</b> 17/01/2017	<b>Prazo:</b> 12 (doze) meses
AUTORIZO a Sr. Zirleno Soares Pereira, a partir da presente data, proceder à entrega das chaves do Imóvel acima descrito.	
<b>Junqueiro/AL, 17 de Janeiro de 2017.</b>  <b>Carlos Augusto Lima de Almeida</b> Prefeito	
<b>Recebi em</b> <u>17 / 01 / 2017</u>  <b>Zirleno Soares Pereira</b> Locador (a)	